

Lula adia nova âncora para discutir alta de gastos com saúde e educação

— Com fim do teto de gastos, pisos constitucionais para as áreas voltam a valer, mas não há definição sobre valores para repor os cortes anteriores, segundo integrantes do governo

ADRIANA FERNANDES
BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva adiou a divulgação da âncora fiscal que vai substituir o atual teto de gastos, para definir, antes, o tamanho do aumento nos gastos com saúde e educação. Os técnicos do governo estão fazendo as contas com base na vinculação de recursos prevista na Constituição para as duas áreas e o reforço que pode ser feito a partir da nova regra.

Lula disse ontem que o governo não vai ter "pressa" para apresentar a nova regra e que um anúncio só deve acontecer depois do seu retorno da China — contrariando a expectativa inicial da equipe econômica. A viagem presidencial ocorre de 26 a 31 de março.

Depois da declaração de Lula, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, falou em apresentar a proposta "por ocasião da remessa" do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024 para o Congresso. O prazo legal para o envio do PLDO é até 15 de abril.

Após a entrada em vigor do teto de gastos, em 2017, os pisos da saúde e da educação previstos na Constituição foram, na prática, congelados e passaram a ser corrigidos anualmente pela variação da inflação. Como o teto

vai acabar com o novo regime fiscal, os pisos — que representam a aplicação mínima em investimentos nas duas áreas — voltam a valer. O piso de saúde está estabelecido em 15% da chamada receita corrente líquida (RCL), enquanto o da educação chega a 18% da receita de impostos.

Integrantes do governo Lula consideram que a regra do teto prejudicou as áreas de saúde e educação. O que se discute agora, segundo um técnico da área econômica, é como repor esses recursos para fazer a transição entre os dois regimes de controle de gastos públicos.

Os pisos só podem ser alterados por meio de aprovação de uma nova Proposta de Emenda à Constituição (PEC). Já o teto de gastos será revogado por meio de uma lei complementar porque a PEC da Transição, aprovada no fim do ano passado, deu um comando constitucional para fazer a mudança por legislação infraconstitucional.

SENHA. Nos últimos dias, o presidente Lula tem dado a senha para essa discussão no governo. Ontem, ele disse que é preciso ter cuidado com os recursos para saúde e educação ao falar sobre o novo arcabouço fiscal. Um dia antes, havia afirmado que os recursos destinados à saúde não podem ser classificados como "gastos" e que é preciso mudar a compreensão sobre

Deputados do PP são favoritos para relatoria de projeto na Câmara

Os deputados Fernando Monteiro (PE) e Andre Fufuca (MA), ambos do PP, são os favoritos no momento para relatar na Câmara o projeto do novo arcabouço fiscal, a regra que vai substituir o teto de gastos — que desde 2017 atrela o crescimento das despesas do governo federal à inflação.

Nas negociações com o presidente da Câmara, deputado

Arthur Lira (PP-AL), o governo pediu que o relator não fosse um parlamentar de oposição. Por outro lado, o nome não deveria ser muito próximo do governo. O perfil seria de um parlamentar com alguma interlocução com o mercado financeiro. Mas sem ser "excessivamente" pró-mercado.

O projeto do arcabouço só será conhecido após o término da viagem do presidente Lula à China. O retorno do presidente ao Brasil ainda está em aberto, entre 1.º ou 2 de abril. ● A.F.

os conceitos de custos, gastos e investimentos.

"Nós precisamos arejar nossa cabeça. Os cursos de Economia daqui para frente precisam mudar o que é custo, o que é gasto e o que é investimento. Porque não tem nada mais precioso do que investir para que uma pessoa pobre possa comer três vezes ao dia", disse Lula, durante o evento de lançamento do novo Mais Médicos, na segunda-feira.

Há uma discussão no governo sobre se esses pisos deveriam migrar depois para um modelo de vinculação a indicadores per capita para não ficarem sujeitos à flutuação de receitas do ciclo econômico (ou seja, ter

muito recurso quando a economia vai bem, mas enfrentar problemas em momentos de crise). O entendimento é de que não faria sentido, por exemplo, diminuir o tamanho do SUS num momento de dificuldade econômica, quando a receita cai.

Participação
O piso da saúde está estabelecido em 15% da receita líquida, enquanto o da educação chega a 18%

Haddad chegou a cogitar desistir de viajar para China na comitiva do presidente Lula para anunciar o novo arcabouço

e explicar os seus detalhes. Mas o presidente disse que a presença de Haddad na viagem seria importante.

"Eu falei para o Haddad: 'Olha, nós não temos de indicar o nosso modelo de marco fiscal agora. Nós vamos viajar para China. Quando a gente voltar, Haddad, você reúne, sabe?', disse Lula. "O Haddad não pode comunicar e sair. Haddad tem de anunciar e ficar aqui para debater, defender, dar entrevista, conversar. O que não dá é a gente avisar e ir embora", continuou.

APROVAÇÃO. Integrantes da área econômica afirmam que o desenho das novas regras está aprovado "portodo mundo", faltando a definição do tratamento dos recursos para saúde e educação. Também existe debate se o novo arcabouço fiscal deve sair com o marco legal das Parcerias Público-Privadas (PPPs).

Como antecipo o **Estadão**, o projeto das PPPs está pronto. A avaliação da equipe econômica é de que esse é um marco regulatório que pode destravar investimentos. No cronograma inicial do Ministério da Fazenda, o projeto das PPPs seria anunciado só depois do novo arcabouço fiscal, mas há a possibilidade de ser antecipado. A razão é que há uma preocupação no governo de alavancar a economia. ● COLABOROU DENISE AMORIMRIO

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia e Negócios Caderno: B Pagina: 1